

Tecendo mundos em disputa: conhecimentos tradicionais, cosmologias e a gestão de áreas de interesse ecológico na América Latina

Weaving worlds in dispute: traditional knowledge, cosmologies and the management of areas of ecological interest in Latin America

José Colaço Dias Neto

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Santos Cardozo

Universidad de la República, Maldonado, Uruguay

Carmen Andriolli

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Luciana Loto

Universidad Nacional de Moreno, Moreno, Buenos Aires, Argentina

RESUMO

O dossiê Conhecimentos Tradicionais e Gestão de Áreas de Interesse Ecológico: estudos de caso sobre disputas e conflitos na América Latina explora a complexa relação entre conhecimentos tradicionais, cosmologias e a gestão de áreas de interesse ecológico na América Latina. Com esse dossiê, busca-se destacar como os modos de vida de povos e comunidades tradicionais são impactados por modelos de gestão ambiental associados aos Estados Nacionais. Esses modelos frequentemente geram conflitos entre as práticas locais de manejo dos ecossistemas e as regulamentações oficiais, resultando em novas formas de ativismo e resistência. O dossiê apresenta estudos de casos que ilustram as tensões e estratégias de resistência empregadas por essas comunidades diante de pressões das políticas de conservação que ameaçam seus territórios e modos de vida. Os cinco trabalhos reunidos discutem os impactos desses conflitos no ambiente, na paisagem e nas dinâmicas de uso e gestão dos territórios. Além disso, enfatizam a importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais para a sustentabilidade e resiliência dos ecossistemas, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e degradação ambiental. No mais, o dossiê também aborda a complexidade das relações entre humanos e não humanos, destacando a necessidade de uma reavaliação crítica das ontologias e epistemologias hegemônicas. Desse modo, o dossiê está inserido em um campo de pesquisa vibrante, com contribuições teóricas e conceituais da antropologia e ciências sociais contemporâneas, pois busca oferecer uma visão abrangente e aprofundada das

questões abordadas, ressaltando a relevância e a urgência de debater os conhecimentos tradicionais e a gestão de áreas de interesse ecológico na América Latina.

Palavras-chaves: Áreas de interesse ecológico, Comunidades tradicionais, Conflitos socioambientais.

ABSTRACT

The dossier Traditional Knowledge and Management of Areas of Ecological Interest: Case Studies on Disputes and Conflicts in Latin America explores the complex relationship between traditional knowledge, cosmologies, and the management of areas of ecological interest in Latin America. This dossier seeks to highlight how the ways of life of traditional peoples and communities are impacted by environmental management models associated with National States. These models often generate conflicts between local ecosystem management practices and official regulations, resulting in new forms of activism and resistance. The dossier presents case studies that illustrate the tensions and resistance strategies employed by these communities in the face of pressures from conservation policies that threaten their territories and ways of life. The five papers collected discuss the impacts of these conflicts on the environment, the landscape, and the dynamics of use and management of territories. In addition, it emphasizes the importance of recognizing and valuing traditional knowledge for the sustainability and resilience of ecosystems, especially in the context of climate change and environmental degradation. Furthermore, the dossier also addresses the complexity of relationships between humans and non-humans, highlighting the need for a critical reassessment of hegemonic ontologies and epistemologies. Thus, the dossier is part of a vibrant field of research, with theoretical and conceptual contributions from contemporary Anthropology and Social Sciences, as it seeks to offer a comprehensive and in-depth view of the issues addressed, highlighting the relevance and urgency of debating traditional knowledge and the management of areas of ecological interest in Latin America.

Keywords: Areas of ecological interest, Traditional communities, Socio-environmental conflicts.

INTRODUÇÃO

Povos e comunidades tradicionais, de áreas rurais ou urbanas, têm seus modos de vida marcados por éticas e regras específicas de relação com a terra, o ambiente e outros seres viventes,

as quais envolvem dispositivos de produção, divisão e delimitação de lugares e espaços. Esses modos de vida, têm sido fortemente impactados, ao longo das últimas décadas, por modelos de gestão ambiental em sua maior parte dirigidos ou associados aos Estados Nacionais e suas burocracias. Os dissensos ou desajustes entre as práticas locais e históricas de manejo dos ecossistemas tal como entendidos pelos coletivos humanos face às regras e regulamentações oficiais, quer se trate de áreas protegidas ou não, têm gerado um conjunto complexo de conflitos entre esses grupos e os Estados, ao mesmo tempo em que produzem novas formas de ativismo e resistência.

O dossiê Conhecimentos Tradicionais e Gestão de Áreas de Interesse Ecológico: estudos de caso sobre disputas e conflitos na América Latina, nesse sentido, explora a intrincada relação entre as práticas de conservação ambiental e as complexas dinâmicas de poder que se manifestam em cenários de disputas territoriais e conflitos socioambientais em diversas regiões da América Latina. A seleção dos estudos de caso empíricos aqui apresentados ilustra as tensões inerentes a esses contextos, bem como as estratégias de resistência, adaptação e resiliência empregadas por povos e comunidades tradicionais diante de pressões externas que ameaçam seus territórios, modos de vida e sistemas de conhecimento. Desta forma, busca-se elucidar como esses dispositivos produzem lugares, disputas, regulamentações locais e possibilidades de políticas públicas.

Os cinco trabalhos reunidos, derivados de empreendimentos de pesquisa criativos e originais, evidenciam de que maneira os conflitos, tácitos ou explícitos, identificados nesses contextos produzem impactos no ambiente, na paisagem e nos modos de vida considerados tradicionais. O leitor perceberá como os trabalhos apresentados discutem os efeitos sobre as dinâmicas de uso e gestão dos territórios, como impactam e reconfiguram as relações entre comunidades tradicionais, recursos naturais e outros grupos humanos que reivindicam práticas paralelas e concorrentes de espacialização, territorialização e produção de lugares. Também será possível perceber como, em outros casos, coletivos buscam recuperar e até mesmo produzir o que é comum em contextos de lutas em defesa do meio ambiente e do território.

Em um momento global de crescente preocupação com as mudanças climáticas, com a perda de biodiversidade e com a degradação ambiental, torna-se imperativo reconhecer e valorizar a contribuição fundamental dos conhecimentos tradicionais para a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas. As comunidades que há séculos interagem de forma íntima e sustentável com seus ambientes desenvolveram um vasto repertório de saberes e práticas que, muitas vezes, são mais eficazes e adaptados localmente do que as abordagens convencionais de conservação. No entanto, tais conhecimentos e comunidades que os detêm estão frequentemente

na linha de frente de conflitos com interesses econômicos e políticos, que visam a exploração de recursos naturais, a expansão de monoculturas, a construção de grandes empreendimentos ou, ainda, a implementação de políticas de conservação que desconsideram os direitos e a participação local.

É importante sublinhar que resultados de pesquisas sobre a complexidade desses problemas têm sido discutidos intensamente em fóruns acadêmicos por pesquisadores(as) de variadas áreas da antropologia e das ciências sociais há algum tempo¹. Assim, o campo de estudos sobre conhecimentos tradicionais e gestão ambiental e territorial tem se expandido e se complexificado impulsionado por uma reavaliação crítica das relações entre humanos e não humanos e pela valorização de outras ontologias e epistemologias que não as hegemônicas. Longe de uma visão romântica ou essencialista dos conhecimentos tradicionais, a antropologia e as ciências sociais contemporâneas têm se debruçado sobre as intrincadas redes de interdependência que moldam a vida em um planeta em crise, reconhecendo a agência de múltiplos seres e a pluralidade de mundos em coexistência.

Nessa direção, tanto os impactos diretos sobre um grande contingente de famílias ou de cidades inteiras – no que diz respeito às economias locais, gestão pública e formas de participação política – quanto as suas dimensões mais abrangentes, em maiores escalas, por se tratarem de fenômenos globais ajustados às estruturas contemporâneas de exploração de recursos naturais, paisagens perturbadas pela globalização e pela exploração desenfreada, seus modos de produção e administração e repartição de lucros por parte de grandes agentes sociais e mesmo por Estados, vêm sendo analisados nesse campo de estudos. Simpósios, mesas redondas, grupos de trabalho e dossiês em periódicos especializados atestam a centralidade e emergência da temática, articulando, com considerável sucesso, uma rede de pesquisadores(as) nacionais e estrangeiros que tem possibilitado a aproximação de diferentes abordagens de investigação.

Esta apresentação busca, portanto, não apenas introduzir os trabalhos que compõem o dossiê, mas também situá-los em um panorama mais amplo do estado da arte sobre o tema. No entanto, sem a pretensão de elaborarmos uma revisão sistemática e fortemente abrangente, vamos nos centrar em uma revisão de algumas contribuições teóricas e conceituais da antropologia e ciências sociais contemporâneas, com especial atenção às perspectivas de autores, em sua maioria latino-americanos, que se dedicam a problematizar ontologias, colonialidade,

1 Os proponentes deste dossiê têm, nos últimos anos, participado e coordenado atividades em importantes eventos e fóruns acadêmicos, tais como as Reuniões de Antropologia Brasileira (RBA) e as Reuniões de Antropologia do Mercosul (RAM) e Congressos da Latino American Studies Association (LASA), além dos Congressos da Asociación Latino Americana de Antropología (ALA) e Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

decolonialidade e a crítica ao desenvolvimento. Cada artigo será apresentado destacando suas contribuições originais e como eles se inserem na discussão geral proposta no dossiê.

Em suma, o dossiê se insere em um campo de pesquisa vibrante, observado a partir de contextos regionais diferentes no Brasil e no Uruguai, a partir de pesquisas realizadas com povos indígenas, comunidades tradicionais e coletivos ou movimentos sociais organizados. O caráter amplo e multifacetado destes fenômenos deve ser compreendido sem perder de vista suas potencialidades comparativas e contrastivas, de modo que seja possível termos um panorama transnacional e em contextos fronteiriços dos desafios impostos à gestão ambiental e territorial, bem como à reprodução dos modos de vida dos coletivos humanos associados direta e indiretamente aos territórios em disputa. A intenção é oferecer aos leitores uma visão abrangente e aprofundada das questões abordadas, ressaltando a relevância e a urgência de debater os conhecimentos tradicionais e a gestão de áreas de interesse ecológico em um contexto de crescentes desafios socioambientais na América Latina.

RUÍNAS, PLURIVERSOS E CONFLITOS

O campo de estudos sobre conhecimentos tradicionais e gestão de áreas de interesse ecológico tem se expandido e se complexificado, neste sentido, outro aspecto fundamental que merece destaque, tanto pela sua recorrência como pelos impactos concretos nos modos de vida associados diretamente ao extrativismo, são os conflitos e tensões entre agências estatais, políticas de conservação e comunidades tradicionais, gerando, em muitos casos, relações de desconfiança, dificuldades de cooperação mútua e de diálogo, elementos esses fundamentais para uma gestão razoável dos recursos naturais, dos territórios e sua interface com diversos grupos humanos. Como também pode ser identificado nos trabalhos deste dossiê, os modelos normativos de gestão em Unidade de Conservação ou Terras Indígenas, têm evidenciado estratégias de resistência e modos de ação, por parte das comunidades tradicionais, sem os quais suas próprias existências estariam em risco.

Nesse contexto, as contribuições de Anna Tsing, Marisol de La Cadena, Mauro William Barbosa de Almeida, Manuela Carneiro da Cunha, Roberto Kant de Lima e Luís Roberto Cardoso de Oliveira, oferecem lentes analíticas particularmente potentes para desvendar as questões de fundo que perpassam o dossiê. Suas obras convergem na crítica às imposições homogeneizadoras da modernidade capitalista e na valorização das formas de vida que persistem

e florescem nas margens dos projetos hegemônicos.

Anna Tsing, com sua obra *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins* (2015), convida-nos a pensar sobre a vida em meio às ruínas do capitalismo. A autora explora as paisagens perturbadas pela globalização e pela exploração desenfreada, onde a monocultura e a homogeneização ameaçam a diversidade biológica e cultural. No entanto, Tsing (2015) não se detém na desolação; ela busca as “zonas de perturbação” onde a vida persiste e novas formas de colaboração e interdependência emergem. Através do estudo do matsutake, um cogumelo que cresce em florestas perturbadas, ela revela as complexas cadeias de valor que conectam diferentes atores – humanos e não humanos – em um mundo globalizado. A “arte da atenção” de Tsing nos ensina a observar as pequenas histórias, as conexões inesperadas e as formas de vida que florescem nas margens, resistindo à lógica da destruição.

Marisol de La Cadena (2015), por sua vez, nos convida a pensar sobre os “pluriversos” e as “ontologias relacionais”. Em sua obra *Earth Beings: Ecologies of Practice Across Andean Worlds*, ela explora as relações entre os humanos e os “seres-terra” (montanhas, rios, animais) nas cosmologias andinas, onde a natureza não é um objeto separado da cultura, mas um conjunto de entidades com as quais se estabelecem relações de reciprocidade e parentesco. De La Cadena (2015) argumenta que a modernidade ocidental impôs uma ontologia singular – a do “Um Mundo” – que invisibiliza e subalterniza outras formas de existência e de conhecimento. A autora propõe uma “antropologia do não-moderno” que busca descolonizar o pensamento e reconhecer a coexistência de múltiplos mundos, em que as fronteiras entre natureza e cultura, sujeito e objeto são fluidas e negociadas.

Mauro William Barbosa de Almeida (2004), em seu artigo seminal *Direitos à floresta e ambientalismo: etnicidade e populações tradicionais na Amazônia*, oferece uma perspectiva crítica fundamental sobre a construção política da categoria de “populações tradicionais” e as implicações das políticas estatais e ambientalistas na vida desses grupos. O autor demonstra como a intervenção do Estado, mesmo que com intenções de proteção, pode paradoxalmente gerar novas formas de controle e enquadramento, desconsiderando as complexas ontologias e formas de organização social e territorial próprias dessas populações. Sua análise revela como as categorias administrativas e jurídicas, ao tentarem capturar a diversidade dos modos de vida tradicionais, acabam por simplificá-los e submetê-los a lógicas externasAlmeida (2004) argumenta que a própria noção de “tradicional” é uma construção política que emerge em contextos específicos de disputa territorial e reconhecimento de direitos, não sendo uma essência cultural imutável, mas sim uma categoria relacional que se define em oposição ao “moderno”

e ao “desenvolvido”. Essa perspectiva é crucial para compreender como as políticas públicas, mesmo aquelas que se propõem a proteger os direitos das comunidades tradicionais, podem reproduzir lógicas coloniais de controle e classificação, ignorando a agência e a capacidade de autodeterminação desses grupos.

O autor também destaca a importância da agência dessas populações na construção de suas próprias identidades e na negociação com o Estado, demonstrando que elas não são meras vítimas passivas das políticas públicas, mas atores sociais capazes de se apropriar e ressignificar as categorias impostas externamente. Essa capacidade de agência se manifesta na criação de novas formas de organização política, na articulação com movimentos sociais mais amplos e na elaboração de estratégias de resistência que combinam elementos tradicionais e modernos.

A análise de Almeida sobre a construção política da categoria “tradicional” encontra importante diálogo na distinção proposta por Manuela Carneiro da Cunha em seu importante livro *Cultura com aspas* (2009). Enquanto a cultura (sem aspas) refere-se à “rede de costumes e significações que estamos imersos em nossa realidade”, a “cultura” (com aspas) representa o “exagero de traços típicos” com caráter performático (Cunha, 2009, p. 277-280). Esta distinção é crucial para compreender como as políticas públicas e as pressões do turismo (como evidenciado no caso dos Lençóis Maranhenses) podem transformar práticas culturais vividas em performances para consumo externo. O conceito de “efeito looping” (Hacking), apropriado pela autora, revela como as categorias impostas externamente são reapropriadas pelos grupos, gerando novas formas de identificação, que podem tanto fortalecer quanto transformar suas práticas tradicionais.

Nesse contexto, retomamos a contribuição pioneira de Roberto Kant de Lima, em sua obra *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro* (1997), na qual o autor chama a atenção para a relação de complementaridade entre os conhecimentos tradicionais, a gestão dos recursos marinhos e a reprodução de um modo vida constantemente ameaçado pela especulação imobiliária e novas formas de apropriação da área costeira. Ao evidenciar etnograficamente o Direito Costumeiro dos pescadores de Itaipu, Kant de Lima (1997) articula como essas práticas estão em interface com processos sociais e instituições heterônomas que impactam nas disputas e produções de (novas) identidades. Essa análise permite compreender como a inserção dos conhecimentos tradicionais – como observado nas discussões sobre direitos de populações beneficiárias em Reservas Extrativistas – tem forçado comunidades a traduzirem suas práticas em categorias que não necessariamente correspondem às suas perspectivas ou cosmologias. Além disso, a desconsideração dessas demandas, quer seja nas normativas que incidem na gestão de áreas de interesse ecológico, quer

sejam em casos de litígios quando encontram lugar em diferentes esferas da Justiça, podem gerar efeitos nefastos na relação entre comunidades e órgãos ou agências estatais, produzindo, como nos lembra Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2002) um descompasso entre as dimensões legais e morais de um conflito.

Essas perspectivas convergem na compreensão de que os embates em torno dos conhecimentos tradicionais e da gestão de áreas de interesse ecológico são, fundamentalmente, colisões cosmológicas. As “ruínas do capitalismo” de Tsing (2015) podem ser estendidas para incluir as ruínas das políticas de desenvolvimento e conservação que, ao tentarem impor um “Um Mundo” (De La Cadena, 2015) de racionalidade e homogeneização, acabam por desorganizar e fragmentar as complexas redes de vida e conhecimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais. A imposição de categorias como “população beneficiária” ou a presença militar em territórios indígenas são exemplos claros de como a lógica estatal e capitalista tenta subsumir cosmologias em um modelo único, gerando tensões e desterritorialização. Soma-se a isso, como nos lembra Roberto Kant de Lima (2008), num contexto social marcado pela desigualdade jurídica e pela hierarquia como princípio estruturante, como no caso da sociedade brasileira e, por que não dizer, latino-americana como um todo, que as demandas por direitos de suas camadas mais desprivilegiadas, seja por sua classe social, pela singularidade de suas cosmologias, quer seja pelas dificuldades de acessarem plenamente a Justiça ou mesmo por um combinado destes e de outros fatores, coloca em risco a reprodução social de seus modos de vida ao mesmo tempo em que aprofunda a possibilidade de um colapso da natureza.

COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO

As “ruínas do capitalismo” identificadas por Tsing (2015) devem ser compreendidas também como ruínas da colonialidade, conceito fundamental desenvolvido por Aníbal Quijano em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. O autor (2005, p. 117) desenvolveu esse conceito para designar o “[...] padrão de poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado” que persiste além dos processos formais de descolonização. A colonialidade do poder, baseada na “[...] classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça”, estabelece hierarquias que se estendem ao controle dos recursos naturais e à legitimação de formas de conhecimento (Quijano, 2005, p.126).

Walter Mignolo em *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade* contribui para esta análise ao propor o pensamento decolonial como “desprendimento do eurocentrismo como esfera do conhecimento” (p. 1), apontando para a necessidade de uma “opção decolonial” que questione as bases epistêmicas da modernidade (Mignolo, 2017, p. 18). Esta perspectiva é fundamental para compreender como as políticas de conservação ambiental, mesmo quando bem-intencionadas, podem reproduzir lógicas coloniais ao impor modelos únicos de relação com a natureza.

Arturo Escobar, através de sua crítica ao desenvolvimento, oferece ferramentas analíticas essenciais para compreender os conflitos apresentados no dossiê. Seu conceito de territórios de diferença, em *Territórios de diferença: Lugar, movimentos, vida, redes*, enfatiza “[...] a importância das perspectivas e conhecimentos locais na compreensão e na gestão dos recursos naturais” (p. 15), propondo alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento que valorizam “[...] a coexistência de diferentes modos de vida e conhecimentos” (Escobar, 2017, p. 30). Além disso, a ecologia política, tal como desenvolvida por Escobar (2017) em *Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio*, permite analisar como as estruturas de poder influenciam as práticas de uso e gestão dos recursos naturais, revelando que as questões ambientais são moldadas por interesses políticos, desigualdades sociais e diferentes cosmovisões (Escobar, 2015). Esta perspectiva é crucial para compreender os casos apresentados no dossiê, como, por exemplo, a gentrificação turística nos Lençóis Maranhenses e os processos de autodemarcação territorial dos Pataxó.

ARTIGOS DO DOSSIÊ: DISPUTAS COSMOLOGICAS E A FABRICAÇÃO DE MUNDOS

Os cinco artigos que compõem este dossiê oferecem um panorama multifacetado das complexas relações entre conhecimentos tradicionais, gestão ambiental e territorial e os conflitos socioambientais na América Latina. Cada contribuição, com sua especificidade temática e metodológica, enriquece o debate e aprofunda a compreensão das disputas que se manifestam na coexistência de diferentes formas de vida e de conhecimento.

Assim, começando pelo nordeste brasileiro, abrimos o dossiê com o artigo *Mapeando a resistência: experiências de mapeamentos participativos entre os Pataxó, no contexto do processo de autodemarcação da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal*, de Anna Kuowicka. A

autora oferece uma análise fascinante sobre como os mapeamentos participativos se tornam ferramentas de resistência e afirmação territorial, exemplificando de forma paradigmática a capacidade dos povos indígenas de tecer mundos alternativos nas “ruínas” das imposições coloniais. O estudo revela que os mapas produzidos não são apenas representações geográficas, mas narrativas ontológicas das relações dos Pataxó com a terra, seus ancestrais e os seres que a habitam. Aborda a perda da territorialidade vivenciada pelos Pataxó após a implementação do Parque Nacional de Monte Pascoal em 1961 e destaca que entre as décadas de 1980 e 1990 foi homologada a Terra Indígena Barra Velha, no sul da Bahia, com territórios improdutivos para as formas de vida desse povo, fato que originou a reivindicação da ampliação da área durante as décadas posteriores. A autora enfoca o processo de autodemarcação propiciado pela utilização de tecnologias de Sistema de Informação Geográfica (SIG) no mapeamento participativo e como o mapa produzido com esta metodologia foi incorporado oficialmente na documentação apresentada pela Defensoria Pública da União (DPU) nos processos de reintegração de posse, permitindo, dessa forma, a construção de novas formas na luta pelo território.

A pesquisa demonstra que o processo de mapeamento participativo é, em si, uma prática que desafia as cartografias oficiais e as lógicas territoriais do Estado, configurando-se como uma forma de resistência ao “Um Mundo” homogeneizador descrito por De La Cadena (2015). Os mapas Pataxó incorporam elementos que transcendem a dimensão física do território, incluindo lugares sagrados, rotas ancestrais, áreas de coleta de plantas medicinais e espaços de reprodução cultural. Essa cartografia participativa revela, ainda, uma ontologia territorial que difere fundamentalmente da concepção ocidental de propriedade e uso da terra, ecoando as “ontologias relacionais” em que as fronteiras entre natureza e cultura, sujeito e objeto, são fluidas e negociadas, como explora Arturo Escobar (2018) em *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*.

Os mapas produzidos não são apenas representações geográficas alternativas, mas expressões de uma ontologia territorial fundamentalmente distinta da concepção ocidental, onde diferentes seres e lugares possuem agência e perspectivas próprias. O processo de autodemarcação revela-se assim como resistência tanto à colonialidade do poder, que nega direitos territoriais indígenas, quanto à colonialidade do saber (Quijano, 2005), que deslegitima formas não-ocidentais de conhecimento espacial.

A originalidade do artigo reside em sua análise sobre como os mapeamentos participativos se tornam instrumentos de autodemarcação e de luta por direitos territoriais, demonstrando a capacidade dos povos indígenas de se apropriarem de tecnologias e metodologias externas para fortalecer suas próprias ontologias e reivindicações. Essa apropriação criativa exemplifica a “arte

da atenção” de Tsing (2015), mostrando como as comunidades encontram formas inesperadas de florescer nas margens, utilizando ferramentas aparentemente neutras, como os mapas, para afirmar suas ontologias e resistir às imposições homogeneizadoras do Estado e do capital.

O trabalho revela, por fim, como os Pataxó conseguem transformar uma tecnologia de controle estatal – a cartografia – em uma ferramenta de autodeterminação, criando mapas que não apenas demarcam território, mas também narram histórias, preservam memórias e projetam futuros. Essa transformação ontológica da cartografia demonstra como os povos indígenas não são meras vítimas das políticas estatais, mas agentes capazes de ressignificar e subverter as tecnologias de poder, criando, como nos provoca De La Cadena (2015), “mundos parcialmente conectados” onde suas ontologias podem coexistir e se fortalecer.

Em seguida, o artigo dos autores Benedito Souza Filho e Ana Luiza Sousa Romeiro, intitulado “*A casa virou negócio*: turismo e gentrificação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, evidencia um fenômeno que, sob a lente das teorias apresentadas, revela-se como uma colisão ontológica paradigmática ao analisar a problemática da transformação do uso de territórios ocupados por comunidades tradicionais em espaços destinados ao turismo.

Os autores, através de uma pesquisa etnográfica nas comunidades de Atins e Santo Amaro, demonstram como a expansão do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) desencadeia um processo de gentrificação que transcende a mera transformação econômica, configurando-se como uma imposição do “Um Mundo” de De La Cadena (2015) sobre os pluriversos locais. Sinalizam como esse processo tem revelado como as áreas protegidas, notadamente os Parques Nacionais, estão sendo convertidos progressivamente em objeto de mercantilização, produzindo transformações visíveis na paisagem, intensificação da especulação imobiliária, pressão sobre o uso de recursos naturais tradicionalmente manejados, mudanças nas formas de sociabilidade, introdução de padrões arquitetônicos que contrastam com os locais, além de estilos de vida e comportamentos sociais distintos, que se mostram muitas vezes em desacordo com o modo de vida dos moradores locais.

Em outras palavras, a gentrificação não é apenas a valorização imobiliária e a substituição de populações, mas a imposição de uma ontologia capitalista do turismo sobre as ontologias relacionais das comunidades tradicionais da área (pescadores e marisqueiras). Para essas, o território não é um mero recurso a ser explorado ou um cenário para o lazer, mas um espaço de vida, de subsistência, de relações com os seres-água, os seres-terra e os ancestrais, ecoando as cosmologias andinas descritas por De La Cadena (2015). A casa, que para as comunidades locais é um *locus* de pertencimento e reprodução social, torna-se um “negócio”, um ativo a ser monetizado na lógica do mercado turístico. Podemos ler o processo de gentrificação analisado

pelos autores também como um exemplo de como a colonialidade do poder (Quijano, 2005) se manifesta por meio de políticas de desenvolvimento turístico que reproduzem hierarquias coloniais.

Essas transformações geram desterritorialização, perda de identidade cultural e conflitos socioambientais, pois as práticas de manejo tradicional, as formas de sociabilidade e os estilos de vida das comunidades tornam-se desvalorizados e marginalizados em favor de novos arranjos e comportamentos ditados pela indústria do turismo. A transformação de práticas culturais tradicionais em atrativos turísticos, por seu turno, ilustra o que Cunha (2009) denomina passagem da cultura para a “cultura”, onde elementos vividos se tornam performances para consumo externo. Podemos acionar também a crítica ao desenvolvimento de Escobar (2017) como ferramenta fundamental para compreender como o modelo de desenvolvimento turístico imposto ignora os “territórios de diferença” constituídos pelos pescadores e marisqueiras, privilegiando uma concepção homogeneizadora de “paisagem natural” destinada ao consumo.

Por outro lado, os autores exemplificam as “ruínas do capitalismo” de Tsing (2015), onde as paisagens são perturbadas pela lógica da monocultura turística que ameaça a diversidade cultural e biológica local. No entanto, seguindo a perspectiva da autora sobre a persistência da vida em “zonas de perturbação”, o artigo de Souza Filho e Romeiro também revela como as comunidades encontram formas de resistir e adaptar-se, tecendo novas relações que desafiam a homogeneização imposta pela indústria do turismo.

A originalidade da análise proposta pelos autores reside na aplicação do conceito de gentrificação a um contexto de área protegida, revelando as tensões entre conservação ambiental, desenvolvimento turístico e os direitos das comunidades tradicionais. Sua contribuição para o dossiê é fundamental ao expor as contradições de um modelo de desenvolvimento que, ao invés de promover a coexistência de mundos, busca a subordinação de ontologias diversas à lógica do capital. O estudo demonstra como a imposição de uma única forma de valorização do território – a turística – invisibiliza e subalterniza outras formas de existência e conhecimento, confirmando a análise de De La Cadena (2015) sobre a violência epistêmica da modernidade ocidental.

Do nordeste brasileiro, vamos até a Amazônia, mais precisamente no interflúvio dos rios Negro e Japurá, afluente do rio Solimões, através do artigo de Nian Pissolati Lopes, *Ver e ser visto: política e territorialidade entre os Nadëb do Alto Uneixi, no Noroeste Amazônico*. O autor apresenta uma original contribuição ao campo da política indígena, a partir de uma abordagem etnográfica que comprehende o período de 2016 a 2023, evidenciando como os Nadëb se relacionam com diferentes instituições, agentes e coletivos, indígenas e não indígenas,

e como são estabelecem e praticadas as noções jurídico-administrativas sobre o território. Explora também as tensões entre a presença militar e as cosmologias indígenas no contexto da militarização da fronteira amazônica, oferecendo um exemplo contundente de como a imposição do “Um Mundo” da segurança nacional pode desconsiderar a agência dos “seres-terra” e as complexas redes de vida que sustentam esses territórios. Com isso, revela como a lógica militar, com sua ênfase na vigilância e no controle, entra em tensão direta com as ontologias relacionais dos Nadëb.

A pesquisa demonstra que a territorialidade Nadëb não se baseia apenas na ocupação física do espaço, mas em relações cosmológicas complexas que envolvem múltiplos seres e temporalidades, ecoando as cosmologias andinas descritas por De La Cadena (2015) onde as montanhas, rios e outros seres-terra são agentes ativos nas relações sociais. A presença militar, com sua lógica de controle e vigilância, representa uma forma de “ruína” das ontologias indígenas, perturbando as paisagens relacionais que sustentam a vida Nadëb.

Na ação política de resistência, para a manutenção de sua identidade e de seus territórios, Lopes argumenta que para os Nadëb é fundamental o “ato de ‘(não) ver’ e ‘(não) se fazer visto’” praticado como estratégia e resposta aos processos de transformação histórica na região, refutando teses como a do vazio demográfico amazônico ou a de que determinadas culturas indígenas precisam somente de áreas demarcadas proporcionais ao tamanho total de sua população.

As transformações socioespaciais vivenciadas pelos Nadëb no contexto fronteiriço revelam como a colonialidade do poder (Quijano, 2005) se manifesta através de sistemas de exploração que persistem desde o período colonial. O sistema de aviamento, o narcotráfico e o garimpo ilegal constituem formas contemporâneas de colonialidade que reproduzem hierarquias raciais e epistêmicas. É a resistência Nadëb que permite a manutenção de formas próprias de relação com o território, na medida em que este povo não aceita a ideia de uma natureza a ser explorada. Suas práticas territoriais constituem expressões de multinaturalismo que desafiam tanto a lógica extrativista quanto as tentativas estatais de controle territorial.

A originalidade do artigo reside em sua análise das estratégias de visibilidade e invisibilidade empregadas pelos Nadëb diante da presença militar, revelando como eles navegam entre diferentes regimes de visibilidade para manter sua autonomia e proteger seus territórios. Essas estratégias exemplificam a “arte da atenção” de Tsing (2015), mostrando como os povos indígenas encontram formas criativas de persistir e resistir nas “zonas de perturbação” criadas pela militarização.

O trabalho demonstra como os Nadëb desenvolvem táticas de (in)visibilidade que

Ihes permitem manter suas ontologias relacionais (Escobar, 2017) mesmo diante das pressões homogeneizadoras da lógica militar. Essa capacidade de navegação entre mundos revela a agência indígena em contextos de adversidade, confirmando a análise de Almeida (2004) sobre como os povos tradicionais não são vítimas passivas das políticas estatais, mas atores capazes de elaborar estratégias sofisticadas de resistência e adaptação.

A contribuição do artigo para o dossiê é de grande relevância, pois lança luz sobre um aspecto muitas vezes negligenciado nas discussões sobre gestão ambiental e territorial: o papel das forças militares na gestão de áreas de interesse ecológico e na vida dos povos tradicionais. O trabalho reforça a necessidade urgente de repensar as políticas de segurança na Amazônia, garantindo o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios e na construção de modelos de desenvolvimento que respeitem suas culturas e modos de vida.

Partimos do norte para o sudeste brasileiro com o artigo *De pescadores a beneficiários: (re) configurações dos mecanismos e categorias de identificação das populações extrativistas em Reservas Extrativistas Marinhas* de Tatiana Calandrino Maranhão.

A autora apresenta reflexões sobre as controvérsias que incidem no modo como os pescadores artesanais são ou não identificados como *população beneficiária* reflete também sobre de que modo esse reconhecimento afeta a relação entre esse grupo e a gestão das Resex-mar, oferecendo um diálogo direto e profundo com as reflexões de Mauro William Barbosa de Almeida (2004) sobre a construção política das categorias e a agência dos povos tradicionais. Em complemento, também dialoga com o trabalho de Ronaldo Lobão (2010), que realizou nos anos 1990 uma observação antropológica de fôlego sobre a construção da RESEXmar de Arraial do Cabo, um dos cenários do artigo de Calandrino. Lobão (2010), ao analisar os processos constitutivos, do ponto de vista político, jurídico e cultural da primeira RESEXmar do Brasil, chama a atenção para como a criação de uma Unidade de Conservação modelo foi se convertendo, com o passar do tempo, em um espaço complexo de disputas entre grupos com diferentes percepções sobre gestão, conservação ambiental e direitos gerando, assim, para as comunidades tradicionais, uma espécie de ressentimento ou descontentamento com a própria existência da RESEX.

A pesquisa de Tatiana Calandrino demonstra que a transição da categoria de “pescador” para “beneficiário” não é meramente uma mudança terminológica, mas uma transformação ontológica que altera as relações de poder, os direitos de acesso aos recursos e as formas de organização social. Essa transformação exemplifica a análise de Almeida (2004) sobre como as categorias administrativas, ao tentarem capturar a diversidade dos modos de vida tradicionais, acabam por simplificá-los e submetê-los a lógicas externas.

A categoria de “beneficiário” implica uma relação de dependência e passividade diante do Estado, contrastando com a autonomia e a agência tradicionalmente associadas à identidade de pescador. Essa mudança categorial revela como a própria noção de “tradicional” é, como argumenta Almeida (2004), uma construção política que emerge de contextos específicos de disputa territorial e reconhecimento de direitos, não sendo uma essência cultural imutável, mas sim uma categoria relacional que se define em oposição ao “moderno” e ao “desenvolvido”, tal como apontado também nos trabalhos de Lobão (2010), Kant de Lima (2008) e Colaço e Mota (2023).

A definição de critérios para “população beneficiária” nas Resex-mar revela ainda tensões fundamentais entre diferentes regimes de conhecimento. O processo de categorização ilustra o que Cunha (2009) denomina “efeito looping”, em que pescadores artesanais devem adequar-se a categorias externas para acessar direitos, transformando suas identidades no processo.

O artigo de Calandrino, nesse sentido, revela como os mecanismos de identificação e cadastramento das populações extrativistas podem reproduzir lógicas coloniais de controle e classificação, ignorando a complexidade e a diversidade dos modos de vida tradicionais. Paradoxalmente, as políticas que deveriam garantir direitos acabam gerando novas formas de marginalização, confirmando a análise de Almeida (2004) sobre como a intervenção do Estado, mesmo com intenções de proteção, pode gerar novas formas de controle e enquadramento. Essa dinâmica exemplifica também a colonialidade do saber (Quijano, 2005), na medida em que conhecimentos tradicionais de pesca e manejo marinho devem ser traduzidos em linguagens técnico-científicas para serem reconhecidos como legítimos.

A originalidade do artigo reside em sua abordagem crítica sobre a “Antropologia do Direito”, ao questionar as categorias impostas pelo Estado e a forma como elas reconfiguram as identidades e os modos de vida dos pescadores artesanais, demonstrando como esses desenvolvem estratégias de resistência e apropriação de categoria impostas externamente. Isso evidencia a capacidade de agência destacada por Almeida (2004), mostrando que esses coletivos humanos não são vítimas passivas das políticas públicas, mas atores sociais capazes de se apropriar e ressignificar as categorias impostas externamente, criando novas formas de organização política e elaborando estratégias que combinam elementos tradicionais e modernos.

Na fronteira com o Brasil, na região leste do Uruguai, o artigo *Contribución de la acción colectiva a procesos de Educación Ambiental en la gestión integrada de bienes comunes costeros en Rocha*, de Natalia Verrastro e Dione Kitzmann, oferece uma análise perspicaz sobre como a ação coletiva se manifesta na gestão de bens comuns costeiros, exemplificando as possibilidades de vida que emergem nas “zonas de perturbação” descritas por Tsing (2015). O estudo de caso

em Rocha, Uruguai, demonstra que a Educação Ambiental (EA) não é meramente um processo de transmissão de conhecimento, mas uma arena onde múltiplas ontologias se encontram e onde a participação ativa dos atores sociais se torna um motor para a resolução de problemas socioambientais.

O artigo analisa os fundamentos da mobilização social ao longo de um período de 10 anos, com foco nas ações de educação ambiental realizadas por coletivos, com tendências que variam de posições conservadoras e pragmáticas a críticas e transformadoras. A identificação de seis dimensões de análise – inscrição territorial, temporalidade, tipos de bens comuns, processos de EA, relações com outros atores sociais e contribuições à gestão costeira – permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas que moldam a recuperação e o manejo desses bens.

A originalidade do artigo reside em sua capacidade de demonstrar que, mesmo em contextos em que prevalecem tendências conservacionistas e pragmáticas, a ação coletiva pode gerar trajetórias educativas ambientais de médio prazo, introduzindo olhares críticos e demandas aos gestores. Isso sugere que, nas paisagens perturbadas da costa uruguaia, as comunidades estão tecendo novas formas de interdependência e colaboração, não apenas com o ambiente marinho, mas também entre si e com outras instituições, criando o que De La Cadena (2015) chamaría de “mundos parcialmente conectados”.

O estudo revela como os processos de educação ambiental podem funcionar como espaços de negociação ontológica, onde diferentes formas de conhecer e se relacionar com o ambiente costeiro coexistem e se transformam mutuamente. Essa perspectiva desafia a imposição do “Um Mundo” da gestão tecnocrática, abrindo espaço para a emergência de pluriversos onde a diversidade de ontologias é reconhecida como fundamental para a sustentabilidade dos bens comuns costeiros. Estas práticas constituem alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento (Escobar, 2018), valorizando conhecimentos locais e promovendo gestão participativa dos bens comuns costeiros. A dimensão decolonial destas experiências manifesta-se na construção de processos educativos que questionam a colonialidade do saber (Quijano, 2005), reconhecendo a legitimidade de diferentes formas de conhecimento sobre os ecossistemas costeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dossiê Conhecimentos Tradicionais e Gestão de Áreas de Interesse Ecológico:

estudos de caso sobre disputas e conflitos na América Latina emerge como um farol em meio às complexas e muitas vezes turbulentas águas das relações socioambientais contemporâneas. Ao reunir estudos de caso que atravessam diferentes paisagens e realidades da América Latina, o dossiê não apenas documenta os conflitos e resistências, mas também ilumina as intrincadas teias de interdependência que conectam humanos e não-humanos, conhecimentos tradicionais e políticas de gestão ambiental e territorial, ontologias plurais e a imposição de um “Um Mundo” hegemônico, oferecendo um panorama multifacetado das disputas ontológicas que caracterizam os conflitos socioambientais na contemporaneidade. Cada estudo de caso demonstra como diferentes coletivos humanos, mesmo em contextos de intensa pressão e adversidade, encontram maneiras de persistir, adaptar e resistir, tecendo novas relações com seus ambientes e com outros seres.

As lentes analíticas que mobilizamos nesta apresentação nos permitem compreender que esses embates não são apenas conflitos por recursos ou territórios, mas constituem disputas cosmológicas fundamentais entre diferentes formas de existir, conhecer e se relacionar com os territórios. As experiências de resistência, adaptação e criatividade apresentadas pelos povos e comunidades tradicionais revelam possibilidades concretas de construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Também revelam a extraordinária capacidade de resistência e criatividade dos coletivos humanos, que encontram formas de manter e recriar suas ontologias mesmo diante das pressões homogeneizadoras. Seja através dos mapeamentos participativos dos Pataxó, da resistência à gentrificação nos Lençóis Maranhenses, das estratégias de (in)visibilidade dos Nadëb, da ressignificação de identidades em Reservas Extrativistas ou da ação coletiva em Rocha.

O dossiê, portanto, não apenas documenta as lutas desses coletivos humanos, mas também aponta para a possibilidade de construir mundos onde a coexistência de múltiplas ontologias seja valorizada como condição fundamental para a gestão de áreas de interesse ecológico na América Latina. Nesse sentido, os conhecimentos tradicionais não são apenas saberes sobre o ambiente, mas ontologias em si, que oferecem alternativas concretas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento e conservação.

Finalmente, não poderíamos deixar de registrar que este dossiê se soma às homenagens póstumas ao antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense, Roberto Kant de Lima, que nos deixou recentemente. Não por acaso, Kant de Lima e sua obra *Os Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no Estado do Rio de Janeiro* foram apontados nesta apresentação. A contribuição dessa obra não apenas inspirou gerações de pesquisadores(as), como se tornou referência obrigatória para os estudos sobre comunidades tradicionais quando

observadas pela ótica de processos de sociais dinâmicos e da administração de conflitos. Pioneiro dos estudos antropológicos sobre pescadores artesanais no litoral brasileiro, Roberto Kant de Lima se notabilizou por uma série de realizações em sua trajetória profissional, entre as quais podemos destacar a original aproximação que promoveu entre a antropologia e o direito, fusão esta que, a partir da verve etnográfica que lhe era peculiar, produziu um olhar especial e diferenciado sobre diversos fenômenos da sociedade brasileira nas áreas do meio ambiente, dos estudos urbanos e da segurança pública.

Vale mencionar ainda que Kant de Lima foi um dos fundadores e primeiro coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGACP/UFF)², criado em 1994 do qual derivou a Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia (e Ciência Política à época). A consolidação desta trajetória foi amplamente evidenciada pelo sucesso do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF), que Roberto Kant de Lima coordenou desde sua criação no ano de 2009. Temos a certeza de que seu legado intelectual e institucional continuará reverberando por muitos mares além!

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: etnicidade e “populações tradicionais” na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-109, 2004.
2. DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings: Ecologies of Practice Across Andean Worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.
3. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito Legal e Insulto Moral**. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
4. COLAÇO, José; MOTA, Fabio Reis. O Mercado e o Estado: uma etnografia sobre direitos de pescadores em Portugal e no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 11, n. 1, p. 59-74, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/tes.v11i1.25160>. Acesso em: 19 jun. 2025.
5. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

2 Em 2003, o PPGACP/UFF foi desdobrado em dois outros PPGs, os atuais Programa de Pós-graduação em Antropologia e Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

6. ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, [s. l.], v. 35, p. 89-100, 2015. Disponível em: https://www.furb.br/_upl/files/ppgdr/Territorios%20de%20diferena.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.
7. ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença**: Lugar, movimentos, vida, redes. Tradução de Eduardo Restrepo. São Paulo: Autêntica, 2017.
8. ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse**. Durham: Duke University Press, 2018.
9. KANT DE LIMA, Roberto. Apresentação. In: KANT DE LIMA, Roberto (org.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Brasília; Rio de Janeiro: Booklink: ABA, 2008. p. 5-08.
10. KANT DE LIMA; Roberto; PEREIRA, Luciana. **Os Pescadores de Itaipu**: Meio ambiente, conflito e ritual no Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.
11. LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias do Neocolonialismo**. Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento. Niterói: EdUFF, 2010.
12. MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 19 jun. 2025.
13. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
14. TSING, Anna Lowenhaupt. **The Mushroom at the End of the World**: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015.

José Colaço Dias Neto

Professor associado da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6346-3297>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: josecolaco@id.uff.br

Carlos Santos Cardozo

Professor adjunto no Departamento Interdisciplinario de Sistemas Costeros y Marinos do Centro Universitario Regional del Este. Doctor em Ciencias Sociales pela Universidad Nacional de General Sarmiento. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1632-8129>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: carlos.santos@cure.edu.uy

Carmen Andriolli

Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5583-776X>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: carmen.andriolli@gmail.com

Luciana Loto

Professora adjunta da Universidad Nacional de Moreno e Pós-doutoranda pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas e Universidad Nacional de Moreno. Doutora em Biología Marinha e Ambientes Costeiros pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8741-1683>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: lotoluciana@yahoo.com.ar